



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**SENTENÇA**

Processo nº: **0020510-68.2012.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **Adriano Rodrigo Marques**  
Requerido: **Fazenda Publica do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**Fls. 129/130:** Acolho os embargos a fim declarar, para que fique constando da sentença que não há condenação em honorários em relação à Fazenda Pública, pelo fato de o autor se assistido pela Defensoria Publica, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença".

Retifique-se, inclusive no registro de sentença.

**PRInt.**

São Carlos, 11 de agosto de 2014.